

Primeiro ciclo dos estudos do lazer no Brasil: contexto histórico, temáticas e problemáticas

Elza Margarida de Mendonça Peixoto *

Maria de Fátima Rodrigues Pereira **

Resumo: O levantamento e a análise do estado da arte da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil – a partir de suas características internas e da conjuntura mais ampla – permitiram localizar quatro grandes ciclos da produção do conhecimento. Neste trabalho, aprofundamos a investigação sobre o primeiro ciclo, orientadas pelo entendimento de que a explicação para a produção de ideias deve ser buscada nas características da formação social brasileira no período. Buscamos reconhecer, no movimento contraditório das forças produtivas e das relações de produção em desenvolvimento no Brasil, os interesses pelo controle e preenchimento do tempo livre com conteúdos culturais diversificados. No processo de desenvolvimento da indústria como força motriz do desenvolvimento brasileiro, verificamos configurar-se no período uma política educacional de caráter conformador dos interesses da classe operária aos interesses da burguesia brasileira.

Palavras-chave: História. Educação. Conhecimento. Atividade de Lazer.

1 INTRODUÇÃO

Ao final do século XIX, inicia-se no Brasil um conjunto de publicações referentes a orientações para o usufruto do tempo livre. Ao longo do século, essas produções avolumaram-se, configurando os estudos do lazer. O levantamento da produção brasileira permitiu

* Doutora em Educação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação (MHTLE). Membro do Departamento de Estudos do Movimento Humano (EMH/CEFE/UEL). E-mail: emmpeixoto@gmail.com

** Doutora em Filosofia e História da Educação. Pertencente ao quadro de professores da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: maria.pereira@utp.br

localizar 2.791 trabalhos distribuídos entre os anos de 1891 e 2008.¹ A catalogação e análise dessa produção permitiram visualizar o seu fluxo no tempo e identificar as temáticas privilegiadas, viabilizando a organização de quatro ciclos históricos,² cujo andamento é necessário compreender à luz das múltiplas determinações presentes no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção na formação social brasileira.

Apresenta-se neste artigo a análise do primeiro desses ciclos (1891-1969), discutindo-se a *preocupação com o adequado preenchimento das horas de lazer dos trabalhadores como um dos pilares dos projetos de nação em disputa entre as classes burguesas em*

¹ O levantamento foi realizado considerando-se livros, capítulos de livros, artigos disseminados em periódicos e trabalhos apresentados em eventos nacionais e internacionais, todos produzidos por autores brasileiros. Os títulos foram levantados entre (1) as referências bibliográficas citadas nas obras produzidas pelos pesquisadores da área (Frederico Guilherme Gaelzer, Inezil Penna Marinho, Ethel Bauzer Medeiros, Marlene Guerra, Ruth Gouvêa, Maria Junqueira Smith, Nicanor Miranda, Arnaldo Sussekind, Nelson Carvalho Marcellino, Katia Brandão Cavalcanti, Leila Mirtes, Lamartine Pereira da Costa, Christianne Luce Gomes, entre outros); (2) as obras catalogadas na Biblioteca Nacional e nos Sistemas de Bibliotecas das Universidades Públicas Brasileiras; (3) as obras registradas nos currículos cadastrados na Plataforma Cesar Lattes do CNPq. Uma primeira exposição sobre este levantamento, com uma descrição mais detida das fontes está disponível em Peixoto (2007). O processo de levantamento e análise da produção prossegue, contando, atualmente, com cerca de 3300 títulos.

² Os 04 ciclos foram estruturados considerando-se as características internas da produção (os objetos, as temáticas e as problemáticas) e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção no Brasil em cada período. Orientou-nos a teoria produzida por Marx e Engels (*A ideologia alemã*, 1974) de que as ideias expressam os conflitos entre as classes que disputam as forças produtivas. O primeiro ciclo ocorre, aproximadamente, entre 1891 e 1969, deflagrando a produção sistemática de trabalhos direcionados à formação para o adequado preenchimento das horas de lazer, justificada pela expansão legal do tempo livre da classe trabalhadora considerada incapaz de gerenciá-lo autonomamente. O segundo ocorre entre 1969 e 1979/80, evidenciando o esforço de aprimoramento teórico conceitual e a ampliação dos estudos empíricos sobre o lazer, priorizando-se o conhecimento dos “usos do tempo livre”, sendo elaborados “planos, pesquisas e programas incentivadores de novas formas de praticar o lúdico, de aproveitar o tempo livre e nele ter prazer” (SANT’ANNA, 1994, p. 38-39). O terceiro ciclo ocorre entre 1979/80 e 1990, e terá como marcos a abordagem dos estudos do lazer como temática dos programas de pós-graduação e os eventos regulares realizados especialmente pela Educação Física durante as décadas de 1980 e 1990. Nesta fase, ocorrem intensos debates que vão expor as ideologias nas quais a problemática do lazer está envolta, disseminando-se trabalhos de crítica à produção do conhecimento e à matriz ideológica que a caracteriza. O quarto ciclo inicia-se por volta do final da década de 1990, quando se multiplicam os grupos de estudos e pesquisas fundados pelos pesquisadores formados nas décadas de 1980 e 1990, impulsionados pelas diretrizes do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para a pós-graduação e a produção do conhecimento. Uma exposição minuciosa sobre as características gerais desses ciclos pode ser obtida em Peixoto (2007).

luta na transição de um sistema produtivo com base na agricultura e no extrativismo para um sistema produtivo com base na industrialização. Nesta fase monopolista do modo de existência capitalista, evidencia-se o volume e a distribuição da produção, as temáticas privilegiadas, os autores predominantes, para, progressivamente, apresentar as condições objetivas que a determinam a partir das preocupações centrais dos autores e das justificativas para as suas proposições contidas nas obras.

2A PRODUÇÃO

Deste primeiro ciclo, fazem parte 78 obras classificadas de acordo com os interesses predominantes: acervos de jogos, brinquedos e brincadeiras voltados ao convívio familiar e escolar, políticas para a recreação pública, trabalho e tempo livre e formação de recreadores. Para uma adequada percepção da frequência e prevalência das temáticas privilegiadas no tempo, foi organizado o seguinte gráfico, contendo o fluxo da produção no período:

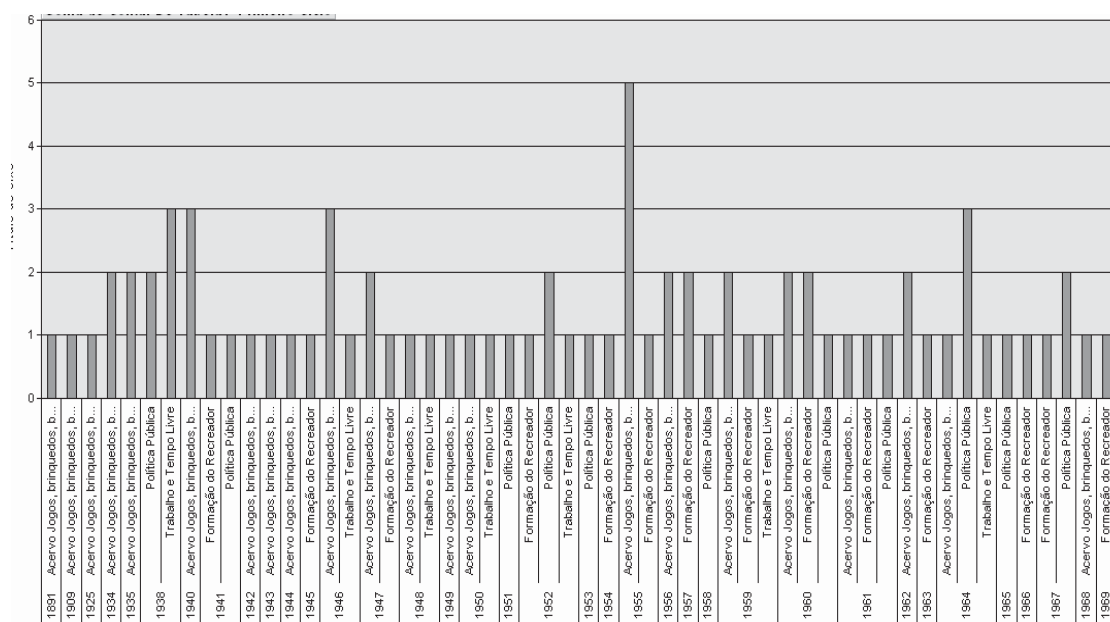


Figura 1: Fluxo das temáticas predominantes no I Ciclo dos estudos do lazer no Brasil (1891-1969)

Fonte: ARELB³

³ Arquivo Referente aos Estudos do Lazer no Brasil. Disponível em: <http://www.arelb.uel.br/home/default.asp>

Observa-se que a preocupação com jogos, brinquedos e brincadeiras aparece no final do século XIX e permanece predominante em todo o ciclo; a preocupação com políticas e trabalho e tempo livre aparece na década de 1930 e a preocupação com a *formação* vai ocorrer no início da década de 40, fortalecendo-se até o final do período. O volume do interesse quanto às temáticas pode ser observado abaixo, destacando-se a predominância dos acervos de jogos, brinquedos e brincadeiras:

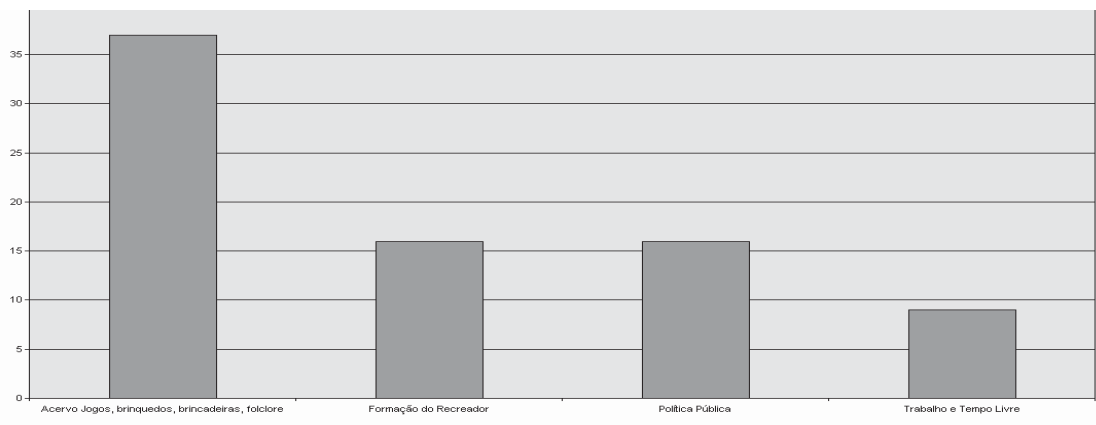


Figura 2: Volume e prevalência dos temas

Fonte: ARELB

O levantamento permitiu identificar 36 autores preocupados com as temáticas acima relacionadas, apresentando-se o seguinte volume de produção:

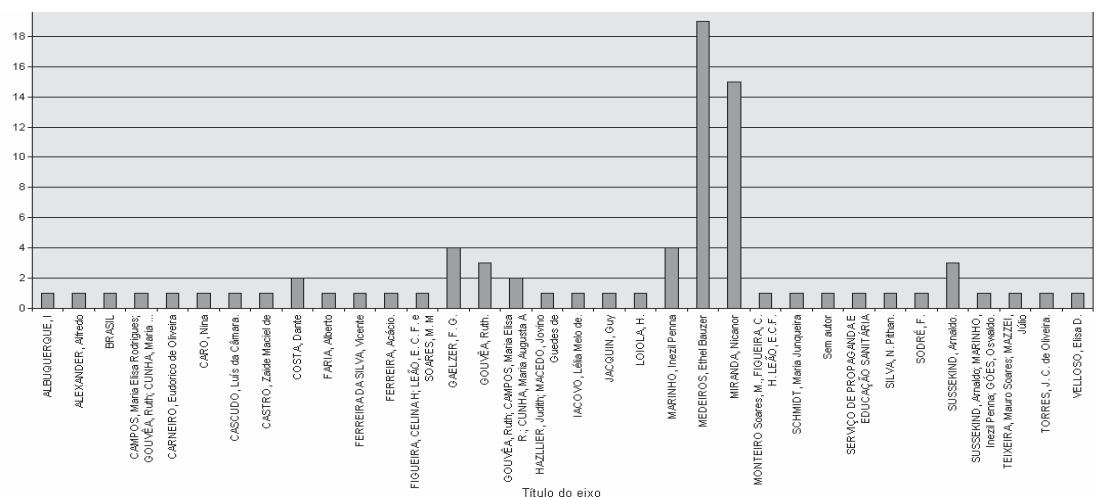


Figura 3: Produção por autor

Fonte: ARELB

Verifica-se a predominância de Ethel Bauzer Medeiros (8); Nicanor Miranda (8); Ruth Gouveia (4); Frederico Guilherme Gaelzer (1) e Inezil Penna Marinho (4). Para a análise da produção do primeiro ciclo, organiza-se a exposição por temáticas, considerando-se a ordem de aparecimento de modo a explicar a frequência e a prevalência dos temas; os nexos econômicos e políticos que explicam essas produções; o sentido das orientações e propostas contidas na produção; os interesses de classe a que atendem; as ilações que podem ser estabelecidas entre trabalho, tempo livre e educação na formação social brasileira no período delimitado. Entende-se, assim, trazer contribuições para a história das políticas educacionais e dos estudos do lazer.

3 ACERVO DE JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

Os 37 trabalhos que, em sua maioria, oferecem acervos de jogos, brinquedos e brincadeiras voltados ao convívio familiar e escolar destacam-se em relação ao total da produção, em um percentual de 47,44%, mantendo-se sua frequência em todo o período delimitado. Os títulos publicados no período foram:

Jogos e rodas infantis (CASTRO, 1956)
Jogos ao ar livre para a mocidade brasileira (ALEXANDER, 1891)
Jogos, diversões e passatempo, jogos educativos de acordo com o método francês (LOIOLA, 1940)
Jogos de força (MEDEIROS, 1959)
Jogos para recreação na escola primária: subsídio à prática da recreação infantil (MEDEIROS, 1959)
O Congresso Internacional de Folclore (MIRANDA, 1940)
Jogos motores para crianças de 10 a 12 anos (MIRANDA, 1944)
Origem de um jogo popular (MEDEIROS, 1950)
108 jogos para jardim de infância (MEDEIROS, 1960)
Jogos do escolar de São Paulo (HAZILLIER, 1946)
Os jogos dirigidos na educação integral (GOUVÊA, 1949)
Jogos: principais teorias (MARINHO, 1956)
10 brinquedos cantados: originais e inéditos, letra, música, disposição, movimento (MARINHO, 1955)

<p>Jogos Infantis (GOUVÊA, 1955)</p> <p>Jogos Dirigidos (MONTEIRO, 1955)</p> <p>Jogos infantis na escola elementar (Brasil. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1955)</p> <p>Jogos dirigidos (guia, técnica e coletânea) (FIGUEIRA, LEÃO E SOARES, 1955)</p> <p>Jogos e recreações matemáticas (ALBUQUERQUE, 1942)</p> <p>Jogos motores para crianças de 7 a 9 anos (MIRANDA, 1943)</p> <p>Brinquedos e jogos conforme a idade (Serviço de Propaganda e Educação SANITÁRIA, 1935)</p> <p>Lazer e Cultura (TORRES, 1968)</p> <p>Jogos infantis (FARIA, 1909)</p> <p>Para dar um frênilo de vida ao ambiente escolar, descrição de alguns jogos interessantes (Revista de Ensino, 1925)</p> <p>Acampamentos permanentes (MIRANDA, 1946)</p> <p>Achegas do folclore musical do Brasil (MIRANDA, 1946)</p> <p>Jogos Infantis, guia e coletânea (GOUVÊA, 1934)</p> <p>Jogos para recreação infantil (MEDEIROS, 1960)</p> <p>Jogos infantis (GOUVÊA, 1934)</p> <p>Técnica do jogo infantil organizado (MIRANDA, 1940)</p> <p>Bailado Folclore Internacional (GAELZER, 1935)</p> <p>Jogos e brinquedos do Brasil (CASCUDO, 1947)</p> <p>Jogos na escola primária (CAMPOS, 1962)</p> <p>Três lendas paulistas (MIRANDA, 1962)</p> <p>Jogos, Passatempos e Habilidades (CARO, 1947)</p> <p>Manual de Educação Física: jogos e recreação (TEIXEIRA, 1961)</p> <p>200 jogos infantis (MIRANDA, 1947)</p> <p>Juegos de recreación (MEDEIROS, 1964)</p>

Quadro 1: Acervo de jogos, brinquedos, brincadeiras

Fonte: ARELB

Esses acervos – favorecendo o ensino dos conteúdos escolares, de padrões e normas de comportamento, e o desenvolvimento de habilidades motoras – compõem a formação dos professores da educação formal. Sua produção inicia-se e desenvolve-se na República Velha (1889-1930), quando a instrução pública era entendida como prioridade

para a formação da nação agora livre do trabalho escravo. Era preciso: nacionalizar o estrangeiro, “civilizar” e tornar saudáveis os negros e mestiços e transformar a infância abandonada em trabalhadores disciplinados, preparando-os e habituando-os para o trabalho nas indústrias em formação. Debatia-se, entre os vários projetos de nação – alguns influenciados pelas ideologias positivistas, de ordem, progresso e ciência – a ampliação dos colégios eleitorais nos Estados e a mudança do voto com base na posse da terra para o voto dos letrados, o que exigia a alfabetização e a instrução (Reforma Benjamin Constant, 1890). Tratava-se da educação do caráter, cívica e física (VERÍSSIMO, 1890), das quais a educação religiosa e moral já não dava conta. O Estado, então, assumia a Educação para formar a nação. O regime, a instrução popular e o ensino formal eram descentralizados, fosse, como diz Saviani (2002), pela influência do modelo norte-americano, fosse, principalmente, pelo poder dos cafeicultores que desejavam a diminuição do poder central em favor do mando local. Sob estas condições, as políticas educacionais e, entre estas, a educação para o tempo livre, vinham dos Estados. Os conflitos no processo de transição da base produtiva agrícola para a industrial levaram ao Golpe de Estado em 1930 e ao Estado Novo (1937-1945). Nesse contexto de consolidação do Estado e de transformação da base produtiva, do trabalho e da educação, foram sendo definidas políticas e programas para a orientação e organização do tempo livre, alterando-se os traços da produção.

4 POLÍTICAS PARA A RECREAÇÃO PÚBLICA

Foram localizados 16 trabalhos, que representam 20,51% da produção no período, conforme o seguinte quadro:

Origem e propagação dos Parques Infantis e Parques de jogos (MIRANDA, 1941)
O significado de um parque infantil em Santo Amaro (MIRANDA, 1938)
Recreação para a criança santista (MIRANDA, 1938)
Planejamento da recreação municipal (MEDEIROS, 1961)
Facilidades materiais para recreação em Brasília (MEDEIROS, 1967)
Flamengo-Park in Rio de Janeiro (MEDEIROS, 1967)

Recreação Pública (GAELZER, 1951)
Recreação Pública: a recreação sob o conceito militar (GAELZER, 1952)
Planejamento da recreação municipal (MEDEIROS, 1965)
Parques infantis para cidades do interior (COSTA, 1953)
Recreação e parques públicos (MEDEIROS, 1958)
Um milhão de metros quadrados para recreação pública (MEDEIROS, 1964)
Plano preliminar das facilidades materiais para recreação em Brasília (MEDEIROS, 1960)
Recreação pública (GAELZER, 1952) (Mimeografado)
Rio de Janeiro reclaims park land from bay (MEDEIROS, 1964)

Quadro 2: Política de Recreação

Fonte: ARELB

A proposição de políticas decorre da preocupação com: (1) formação escolar para os processos produtivos em expansão que exigiam novos conhecimentos; (2) ocupação de crianças e jovens liberados pela regulamentação do trabalho infantil; (3) delinquência juvenil tomada como decorrente da liberação do trabalho e (4) contenção, conformação e ocupação do tempo livre do proletariado, a fim de desmontar a organização de classe para si, que começava a desenhar-se neste período.

Neste contexto, Gaelzer, em 1951, lista as qualidades da recreação:

Dá hábitos de auto-suficiência, de expansão do eu e de iniciativa. Adapta aos grupos. Ameniza a competição profissional. Previne a delinquência, oferecendo oportunidade à imaginação de realizar o sonho do extraordinário e aliviando os frustrados dos seus desejos de vingança da família que os traumatizou e da sociedade para a qual transfere os seus rancores. Os delinquentes confessam, não raro, que transgrediram as leis porque em casa nunca acontecia nada de interessante.

O jogo aquieta os instáveis, porque exalta formas sadias de heroísmo, satisfazendo assim a aspiração obsessiva ao papel de super-homem. Canaliza os excessos de energia e os transforma em atividade útil e harmoniosa. Atenua a ansiedade gerada pêlos

conflitos familiares.

A recreação educa para a utilização construtiva das horas de lazer, — “as horas favoritas da sedução do Mal”. Gera a euforia e a transfere para o campo do trabalho. Em suma, equilibra a criança. Equilibra o adolescente. Equilibra o adulto.

Ora, as gerações modernas estão sofrendo de desequilíbrio. Nossa sociedade, cada vez mais industrializada em virtude da mecanização do trabalho, não oferece muita oportunidade para expressão dos anseios e dos interesses do homem total.

Por isso mesmo, a recreação vem constituindo uma das aspirações mais acentuadas da nossa época. Estamos, como em nenhuma era da humanidade, imbuídos daquela verdade que Sócrates exprimiu tão luminosamente: “O lazer é a melhor dentre as possessões do homem”. Pão e Circo, clamam todas as classes sociais. E o Circo talvez nos empolgue mais ainda que o Pão. Comemos rapidamente e rações cada vez mais reduzidas. Mas o divertimento, com que avidez o procuramos! [...]

A recreação é uma necessidade basilar do viver em uma sociedade democrática. [...]. A dotação e promessa destes serviços é da responsabilidade de toda sociedade, incluindo seus órgãos públicos, particulares, privados e voluntários (GAELZER, 1951, p. 44).

O autor apresenta princípios gerais que norteariam a política de Recreação Pública cuja execução dependeria da cooperação entre órgãos públicos de municípios, estado e federação; da participação das associações profissionais; do planejamento acurado; dos interesses dos usuários; dos vínculos com a educação formal; da formação, profissionalização e organização dos recreadores (cursos, concursos, conselhos); da busca de financiamentos; do aproveitamento de materiais e espaços existentes; do estudo da legislação pertinente; da continuidade das políticas de recreação, que garantiriam a resolução dos problemas sociais (GAELZER, 1951, p. 44-45).

Em Educação Física, Recreação e Jogos (1981, edição original de 1957), Marinho defende uma política para a recreação pública. Afirmando que a recreação surge como problema social em finais do século XIX, justifica sua atualidade como “[...] necessidade imprescindível para evitar que se anule a obra educativa da escola, pela influência maléfica da rua, da vizinhança e, às vezes, da própria família”. Trata-se de “[...] preservar o trabalho da escola [...], pois as crianças, e também os trabalhadores [...] desregam [...] justamente em suas horas de folga [...]”. Para “o uso adequado das horas de lazer” dos adultos trabalhadores, propõe a atenção dos poderes públicos que devem atender às imperiosas necessidades de recreação do povo garantindo medidas preservadoras das suas energias físicas e morais. A recreação exige a definição de espaços, o que pede que “os municípios criem áreas livres para a distribuição de parques de recreação, verdadeiros pulmões verdes, sobretudo nos bairros de maior densidade e onde habitam as chamadas classes proletárias”. Defende que em “[...] cada bairro, da mesma forma que tem o seu grupo escolar, deverá possuir, também, o seu parque de recreação, pois ambos se completam na obra educacional e na missão preservadora do potencial biológico e moral que a criança representa” (MARINHO, 1981, p. 135). Esta preocupação vai ser justificada a partir da experiência americana:

Nos Estados Unidos, sobretudo em New York, nos bairros onde não era mais possível a instalação de playgrounds, foram instituídos os playstreets, fechando-se, em determinadas horas do dia, o trânsito de certas ruas, para que as crianças pudessem brincar. E muito admirados ficamos ao verificar que os playstreets são superintendidos pela Police Athletic League (P.A.L.). Os policiais de folga, mui prazerosamente, oferecem algumas de suas horas para orientar a recreação das crianças, evitando, assim, que disponham de mais oportunidades para delinquir e perturbar, [...] os policiais de serviço (MARINHO, 1957, p. 136).

A partir da existência de dados que comprovam o crescimento desta delinquência nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre:

Notícias que foram publicadas anunciaram a existência, em São Paulo de 85.000 menores delinqüentes cadastrados pela polícia, número esse superior à população de muitas cidades do referido Estado. Quantos desses menores ter-se-ão tornado delinqüentes exclusivamente por falta de utilização sã das suas horas de lazer? (MARINHO, 1957, p. 136).

A partir da experiência de Porto Alegre:

O Prof. F. G. Gaelzer, primeiro diretor do Serviço de Recreação Pública de Porto Alegre, afirma que a recreação popular, devidamente orientada, precisa basear-se nos três seguintes fatores: social – Deverá haver horas disponíveis para o lazer; político – Alguns sistemas políticos fornecem grandes programas recreativos deixando pouca iniciativa ao indivíduo; outros deixam à iniciativa particular a gerência do assunto; educacional e cultural – Os investigadores do crime e da delinqüência há muito assinalaram a existência de uma relação entre a falta de recreação (ausência de espaços, oportunidades e guias) e a alta percentagem da delinqüência (MARINHO, 1957, p. 136).

Marinho propôs que o art. 403 da Consolidação das Leis do Trabalho, que proibia o trabalho do “menor” de 14 anos, fosse modificado, permitindo o trabalho entre 12 e 14 anos. Essa iniciativa contribuiria “[...] para a tarefa inicial de integração do menor na vida social evitando a ociosidade que se encarrega de colocá-lo na senda do crime” (MARINHO, 1957, p. 136-137). Considerava como fatores diretamente responsáveis pela grande quantidade de menores abandonados: “o aumento das favelas no Rio, dos Mocambos no Recife, das malocas em Porto Alegre”, mas, sobretudo: “a natalidade [...] quase ilimitada, os casais atingem freqüentemente a seis, dez, quinze ou mais filhos”. Também: “[...] a volta ao regime matriarcal”.

[...] nas favelas que se encravam na(s) faldas dos morros cariocas, as pesquisas sociais acusam um número cada vez maior de mulheres abandonadas consecutivamente por seus companheiros e de cujas uniões haviam concebido diferentes filhos; não podem

sustentá-los e os relegam, desde tenra idade, à sua própria sorte (MARINHO, 1981, p. 138).

No prefácio da 1ª edição do Manual de Recreação, elaborado com base nas experiências de Montevideu, São Paulo e Porto Alegre, podemos ver que: “O assunto está na ordem do dia [...]. Pithan e Silva (1971) entendem que a recreação é um fenômeno social e biológico, e que

A redução das horas de trabalho e o conseqüente aumento das horas de lazer exigem que se eduque o homem para aproveitar útil e inteligentemente o tempo livre. O desconhecimento dessa realidade, por parte de alguns, e a indiferença por parte de outros, têm colaborado para o aumento do alcoolismo, dos jogos de azar e a delinqüência em seus mais variados aspectos (PITHAN E SILVA, 1971).

A construção ideológica do papel da recreação aparece claramente configurada na obra deste autor. A definição de recreação é remetida ao vocábulo inglês *play*, significando satisfação e alegria naquilo que se faz. Em oposição a *play*, o autor encontra o trabalho obrigatório, ao qual não se pode fugir. Frente a esta contingência da vida, apenas uma atitude pode garantir a felicidade:

[...] um mestre na arte de viver, não encontra diferença entre trabalho e recreação, pois incorporou o primeiro na segunda e esta naquele, de maneira a transformar a vida em permanente recreação. O trabalho é apenas um aspecto da vida. Foi transformado em uma atividade positiva e criadora, na qual encontra satisfação. Os de fora é que determinam se a pessoa está trabalhando ou recreando-se, mais bem calcados em cânones legais do que em fatos reais.

Naturalmente, poucas pessoas estão capacitadas a alcançar esta etapa, no presente. Quando a humanidade confundir trabalho e recreação, provavelmente a maioria dos problemas sociais relacionados com o trabalho, encontrará solução adequada (PITHAN E SILVA, 1971, p. 9).

As condições objetivas de realização do trabalho não passam

de interpretações baseadas em cânones legais e desprovidas de fatos reais. A solução para os problemas sociais é individual e está em uma mudança de atitude dos sujeitos e não do modo de existência, sendo remetida à vontade subjetiva de reunir trabalho e recreação. O problema central é a incapacidade dos indivíduos de empregar adequadamente o tempo livre, tomado como causa central da bebedeira e da adesão aos jogos de azar, que acabam destruindo a família e incapacitando para o trabalho:

O fato que narramos a seguir, ilustra bem o fenômeno: ‘Maria S. L., de profissão lavadeira, apresentou queixa à polícia dizendo que o marido a espancava freqüentemente, e aos filhos menores, furtando-lhe o dinheiro conseguido com sacrifício, pela lavagem de roupa. Raramente dormia em casa. Estava desempregado.

Feita a investigação em torno do caso, chegou-se a saber o seguinte: “Maria e António S. L. estavam casados há doze anos. Tinham três filhos, dois meninos e uma menina, a primogênita. Pobres, lutavam para manter o lar em condições suportáveis. António trabalhava em uma fábrica de conservas e Maria, para aliviar as despesas, lavava roupa para fora. Mas, apesar das dificuldades, havia paz no lar e eram mais ou menos felizes. Com o tempo as coisas foram melhorando. António conseguiu promoção no emprego e considerável aumento de salário. À promoção e aumento de salário seguiu-se uma redução nas horas-trabalho, pois a fábrica deixou de funcionar aos sábados. O aumento de salário proporcionou a António a possibilidade de divertir-se. Todavia, por falta de orientação, o divertimento escolhido foi deixar-se ficar até altas horas num bar da vizinhança, onde jogava “sinuca” e bebia com os amigos.

Maria, apesar do aumento que António havia obtido, continuava a lavar roupa. Em pouco tempo as coisas foram ficando pretas. António começou a chegar tarde ao serviço, e amiúde falhava, pois suas noitadas no bar começaram a minar-lhe a saúde e a moral. Não levou muito, e foi despedido. Aí, começou a “via crucis” da esposa. Desempregado, sem dinheiro, viciado no jogo e na bebida, exigia da mulher os poucos vinténs que arranjava com seu trabalho. Quando não atendia aos seus pedidos, espancava-a sem piedade. Batia nas crianças

também. A vida de Maria e dos filhos transformara-se num inferno. [...].

Casos como o citado há milhares idênticos. O mesmo se passa nas classes abastadas: o dinheiro fácil estimula a infidelidade conjugal, o jogo, as farras, o abandono do lar e dos filhos. A delinqüência encontra, nas horas de ócio mal utilizadas, um dos seus mais assinalados fatores.

Daí, o papel relevante que a recreação poderá exercer na sociedade, como elemento positivo, preenchendo utilmente as horas de lazer (PITHAN; SILVA, 1971, p. 12).

A defesa do preenchimento adequado do tempo livre – com atividades que não prejudicassem o rendimento do trabalhador – foi sustentada e disseminada em todo este primeiro ciclo, no qual a recreação aparecia não como uma construção social e histórica, mas como uma necessidade natural (biológica), subjetiva, que, como atividade planejada e controlada pelo poder público, deveria garantir o descanso e o divertimento adequados ao trabalhador. Os manuais estão recheados de sugestões de atividades consideradas benéficas (jogos esportivos, jogos de mesa, jogos de salão, leitura, cinema, música, teatro, pescaria, excursões, trabalhos manuais), assim como da negação dos jogos de azar visível nas capas dos livros de Pithan e Silva (1971) e Marinho (1981). Em uma proposição eminentemente idealista e funcionalista, a recreação aparecia como uma ferramenta a serviço do reordenamento das relações dos indivíduos consigo e com os outros, equilibrando a sociedade. A paz social poderia ser atingida mediante a conquista do estado de recreação. O jogo aparecia como o recurso privilegiado para esta conquista. O que explica essas posições?

Na década de 30, intensificava-se o processo de industrialização e substituição das importações, exigindo a expansão do trabalho intensivo e a regulamentação e o atrelamento da educação à formação para o trabalho. Compõem este processo a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública (1930), a Reforma da Educação de Francisco de Campos (1931-1932), a Reforma Capanema (ou Leis Orgânicas do Ensino – 1942-1946) e a Lei 4024 que estabelecia as Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (1961) em decorrência das determinações da Constituição de 1946, cuja longa tramitação no Congresso Nacional foi marcada pelas disputas entre os defensores da escola pública e privada (SAVIANI, 2007). Segundo os interesses e a urgência da burguesia industrial, comercial e agrícola que assumia o controle político do país, regulamentou-se o ensino industrial e secundário (1942), o ensino comercial (1943), normal e primário agrícola (1946), complementados pela criação do Sistema “S” (SESC, SENAI, SENAC e SESI), consolidando-se as bases daquele que será o maior sistema de prestação de serviços em Lazer no Brasil (SESC e SESI).

Governo, empresários e intelectuais, articulados como classe para si, sabiam o que estavam fazendo. Os princípios que nortearam as políticas de Recreação das décadas de 30 e 40 destinavam-se à recuperação física, à contenção das mobilizações de classe dos trabalhadores e à formação das crianças trabalhadoras, sendo mantidos nas publicações das décadas de 50 e 60, até, aproximadamente, os movimentos de 1968.

5 TRABALHO E TEMPO LIVRE

Identificamos nove trabalhos que compõem este bloco, portanto, 11,59% do total da produção no período.

Ócio versus trabalho (FERREIRADA SILVA, 1964)

Loisirs ouvriers dans la ville de São Paulo (Brasil) (MIRANDA, 1938)

As necessidades dos operários brasileiros (SODRÉ, 1938)

Trabalho e Recreação (SUSSEKIND, 1946)

Lazer operário: um estudo de organização social das cidades (FERREIRA, 1959)

Manual de Recreação: orientação dos lazeres do trabalhador (SUSSEKIND, 1952)

Duração do trabalho e repousos remunerados (SUSSEKIND, 1950)

Recreação operária (SUSSEKIND, 1948)

Clube de Menores Operários (MIRANDA, 1938)

Quadro 3: Trabalho e tempo livre

Fonte: ARELB

Evidenciam-se Sussekind e Miranda. Oriundo do Direito, Sussekind fundamenta a recreação para o trabalhador no campo da fisiologia e da psicologia funcionalistas, no intento de combater a fadiga, garantir a recuperação e aumentar a produtividade. Suas obras expressam o que Braga (2005) chamou de projeto de conformação da classe operária nascente no Brasil, incluindo a regulamentação da duração do trabalho, da organização dos trabalhadores, dos repousos remunerados e, especialmente, do direito à educação e à ocupação do tempo livre gerados neste processo (SUSSEKIND, 1946; SUSSENKIND, 1950; WEINSTEIN, 2000). Conduzido pelo Governo de Getúlio Vargas, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sob a direção de Alexandre Marcondes Filho e por um corpo técnico do qual fez parte Sussekind, esse projeto gera a CLT (1943), a estrutura sindical atrelada ao Estado, o Serviço de Recreação Operária – SRO – (1943) e o Sistema S, exigindo a formação de profissionais.

Essas ações situam-se em uma formação social em mudança. O Brasil atingiu em 1925 o número de 35.804.704 habitantes, em maioria, vivendo no campo. Já havia uma fração de classe da burguesia industrial que fazia a passagem de um sistema agrário-comercial exportador para um sistema urbano-industrial e que se organizava no comando do Estado constituindo seus aparelhos ideológicos. A industrialização vinha se fazendo com investimentos internos e externos próprios do capital monopólico. Em 1928, era criado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) – o empresariado organizava-se como classe. O setor industrial incorporara de forma consistente a orientação fordista e a aplicava com o objetivo de submeter o trabalhador aos ditames da fábrica, controlando, inclusive, sua vida íntima. A ideologia do controle do tempo livre aparece como instrumento de preparação para o mundo do trabalho e o controle da classe operária. Como se pode observar no relatório das associações empresariais paulistas, redigido em 1926 por Otávio Pupo Nogueira, secretário-geral da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP):

Os lazeres, os ócios, representam um perigo iminente para o homem habituado ao trabalho, e nos lazeres ele encontra seduções extremamente perigosas, se não tiver suficiente elevação moral para

dominar os instintos subalternos que dormem em todo o ser humano” (SAVIANI, 2007, p. 190).

O Estado Novo possibilitou o enquadramento, a regulação e a repressão à classe trabalhadora e deixou satisfeitos os grupos dominantes do capital. Um calendário de datas cívicas foi organizado ajudando a conformar uma homogeneização dos interesses de classe em torno de uma ideologia nacionalista. Segundo este calendário, organizava-se o lazer e a escola, o trabalho e a educação, o nacional e o estrangeiro. A campanha de nacionalização das escolas que já estava em curso desde a segunda década da República Velha se efetiva de maneira repressiva. Tratava-se de hegemonia em favor de mais valia para o capital e supressão de conflitos.

6 FORMAÇÃO DE RECREADORES

Com 16 trabalhos, 20,51% do total da produção deste ciclo, esta temática aparece ao final da década de 1940.

<p>A infância e a recreação (COSTA, 1947)</p> <p>Estudos sobre recreação infantil (VELLOSO, 1952)</p> <p>A harmonia entre o corpo e o espírito (ensaios de educação física) (MIRANDA, 1945)</p> <p>Atividade gimnica e atividade lúdica (MIRANDA, 1941)</p> <p>Educar pela recreação (SCHMIDT, 1969)</p> <p>Curso de Fundamentos e Técnicas da Recreação (MARINHO, 1955)</p> <p>Importância e necessidade da recreação (MEDEIROS, 1957)</p> <p>Plano de um manual de recreação para a escola elementar (MEDEIROS, 1954)</p> <p>Recreação (SILVA, 1959)</p> <p>Ensaio de recreação (IACOVO, 1960)</p> <p>A educação pelo jogo (JACQUIN, 1960)</p> <p>Papel do educador no planejamento da recreação pública (MEDEIROS, 1961)</p> <p>Recreação (GOUVÊA, 1963)</p> <p>Jogos educativos (CARNEIRO, 1966)</p> <p>A criança e a literatura (MEDEIROS, 1967)</p> <p>Educação Física, Recreação e Jogos (MARINHO, 1971)</p>

Quadro 4: Formação do Recreador

Fonte: ARELB

As publicações no período apontam para a formação e profissionalização de pessoas para atuarem na recreação, processo desencadeado à medida que as políticas foram sendo implantadas. A graduação em Educação Física foi criada em 1939, e, juntamente com a tarefa da disciplina do corpo, vão sendo responsabilizados pela recreação. Tratava-se de regulamentar o trabalho de recreação à semelhança e a serviço do enquadramento do trabalho produtivo. Esse movimento acompanha a instalação das licenciaturas e sua expansão é levada a cabo pelas universidades públicas e pelas fundações privadas de ensino superior. O Brasil, após 1950, intensificava a urbanização. A partir de 1960, em virtude do êxodo rural, metade da população já vivia em centros urbanos. Uma nova divisão internacional do trabalho estabelecia-se contando com as tecnologias desenvolvidas durante as guerras, o aumento da necessidade de escolarização, o disciplinamento e controle do tempo livre.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizamos, à luz do desenvolvimento da formação social brasileira e das políticas educacionais, as temáticas predominantes na produção do conhecimento referente aos estudos do Brasil em seu primeiro ciclo (1891-1968), partindo das orientações de Marx e Engels (s/d, p. 25) sobre a íntima conexão entre a produção das ideias, de representações e da consciência e a atividade material e o comércio material dos homens para uma explicação histórica das características internas desta produção.

À luz dos fatos e do referencial teórico, afirmamos que o processo de transição do trabalho extensivo (agricultura) ao trabalho intensivo (indústria) na economia brasileira efetivou-se nas disputas entre classes com interesses antagônicos, exigindo acordos políticos e políticas que permitissem contornar esses conflitos. Entre estes, temos o esforço da burguesia pelo disciplinamento da formação, do trabalho e do tempo livre de forma a controlar a vida do trabalhador e conformar seus interesses aos do capital. Estas políticas incluem: regulamentação do trabalho e do repouso remunerado; defesa do planejamento da recreação por organismos e agentes no âmbito do Estado; delimitação

de conteúdos considerados lícitos como instrumentos mantenedores da ordem e da estabilidade social; produção de orientações para a formação de professores e outros profissionais responsáveis pela educação para a fruição do tempo livre; a defesa intransigente da despolitização do lazer.

A produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil explicitará este projeto histórico em todos os seus ciclos. Isto decorre da íntima conexão dos estudos do lazer – em todo o primeiro ciclo, produzidos por intelectuais liberais (da educação, da psicologia e do direito) atuando organicamente na defesa dos interesses de classe da burguesia – com as relações de produção capitalistas que vão desenvolver-se neste país em direto alinhamento com os interesses da burguesia internacional.

First cycle of studies of leisure in Brazil: historical context, thematics and problematics

Abstract: The survey and analysis of the *state of art* in the production of knowledge regarding the studies of leisure in Brazil – from its internal characteristics – helped to find four large cycles. In this work we further research the first cycle guided by the understanding that the explanation for the production of ideas should be found in the characteristics of the Brazilian social formation in the period. We try to recognize, in the contradictory movement of productive forces and from the relations of the development productions in Brazil, the interests for the control and the filling of spare time with diverse cultural content. In the process of developing industry as a springboard for Brazilian development, it is checked, in the period, the configuration of an education policy in a manner that complies with the interests of the working class to the interests of the Brazilian bourgeoisie.

Keywords: History. Education. Knowledge. Leisure activities.

Primer ciclo de estudios de entretenimiento en Brasil: contexto histórico, temáticas y problemáticas

Resumen: El levantamiento y análisis del estado del arte de la producción del conocimiento referente a los estudios del entretenimiento en Brasil – a partir de sus particularidades internas y de la coyuntura más amplia – permitieron localizar cuatro grandes ciclos de la producción del conocimiento. En este trabajo profundizamos la investigación sobre el primer ciclo, orientadas por la comprensión de que la explicación para la producción de ideas debe ser buscada en las características de la formación social brasilera en el periodo. Buscamos reconocer, en el movimiento contradictorio de las fuerzas productivas y de las relaciones de producción en desarrollo en el Brasil, los intereses por el control y relleno del tiempo libre con contenidos culturales diversificados. En el proceso de desarrollo de la industria como fuerza motriz del desarrollo brasilero, verificamos configurarse en el periodo una política educacional de carácter conformador de los intereses de la clase obrera a los intereses de la burguesía brasilera.

Palabras clave: Historia. Educación. Conocimiento. Actividades recreativas.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Lucelma Silva. **Uma civilização sem alma?** Educação e revolução passiva. 2005. 191f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GAELZER, F. G. Recreação Pública. **Revista do Ensino**, Publicação da Revista do Globo, São Paulo, v. 1, n. 1, p.2, set. 1951.

GOUVÊA, R.; CAMPOS, M. E. R.; CUNHA, M. A. **Jogos infantis**. São Paulo: Nacional; Departamento de Educação do Distrito Federal, 1934.

GOUVÊA, Ruth. Os jogos dirigidos na educação integral. **Revista de Ensino**, Belo Horizonte, v.17, n.193, p.177-84, jul.-dez 1949.

_____. **Recreação**. Rio de Janeiro: Agir, 1963.

MARINHO, Inezil Penna. **Educação Física, Recreação; Jogos**. São Paulo: Brasil Editora Nacional, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Porto: Presença, São Paulo: Martins Fontes, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PEIXOTO, E. M. de M. **ARELB: Arquivo Referente aos Estudos do Lazer no Brasil**. Disponível em: <http://www.arelb.uel.br/home/default.asp> Acesso em: 01 de mar. 2009.

PEIXOTO, Elza. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI – alguns apontamentos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 99, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 de jan. 2010. doi: 10.1590/S0101-73302007000200014.

PITHAN E SILVA, N. **Recreação**. 2 ed. São Paulo: Brasil Editora, 1971.

SAVIANNI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SODRÉ, Fabio. As necessidades dos operários brasileiros. **Revista de Estudos Brasileiros**, v. 1, n. 1, p. 66-82, jul./ago. 1938.

SUSSEKIND, A.; MARINHO, I. P.; GÓES, O. **Manual de recreação**: orientação dos lazeres do trabalhador. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1952.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Duração do trabalho e repouso remunerados**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1950.

_____. **Recreação operária**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1948.

Movimento, Porto Alegre, v. 16, n. 02, p. 267-288, abril/junho de 2010.

_____. **Trabalho e recreação:** fundamentos, organização e realizações da S.R.O. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez: CDPAH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

Financiamento: PICDT/CAPES/CNPq

Recebido em: 08.10.2009

Aprovado: 24.03.2010